Universidade do Minho
Conselho Geral

Reunião do Conselho Geral da Universidade do Minho

Ata N.º 04/2023

Aos vinte e sete dias do mês de junho de dois mil e vinte e três, pelas dez horas, reuniu-se no Salão Nobre da Reitoria – Largo do Paço, o Plenário do Conselho Geral da Universidade do Minho (Conselho), com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Aprovação das atas n.º 02/2023 e 03/2023, referentes às reuniões plenárias de 3 de março e 5 de maio de 2023;
2. Designação dos estudantes a integrar as Comissões Especializadas do Conselho Geral;
3. Apreciação do Relatório de Atividades e Contas Consolidadas da Universidade do Minho relativas a 2022;
4. Atividades e Contas dos Serviços de Ação Social da Universidade do Minho: ponto de situação;
5. Pedido de esclarecimentos sobre a implementação, na Universidade do Minho, do programa de regularização dos vínculos precários na Administração Pública;
6. Informações sobre os planos para a Prevenção de Assédio e para a Igualdade de Género: ponto de situação;
7. Informações sobre a Universidade do Minho e a situação do Ensino Superior em Portugal;
8. Relatório de atividades do Conselho Geral.

Estiveram presentes o(a)s Conselheiro(a)s, Maria Joana Raposo Marques Vidal, que presidiu a reunião, Ana Isabel Maia Nunes, António Joaquim Onofre Abreu Ribeiro Gonçalves, Delfina Rosa Rocha Gomes, Isabel Maria Costa Soares, Joana Carolina Santos Fraga, Margarida Isaías Ferreira dos Santos, Maria Cláudia Gonçalves Cunha Pascoal, Miguel Afonso Neves Gonçalves da Silva Martins, Nuno Miguel Dias Cerca, Patrícia Espinheira Sá Maciel, Tiago José Quinteiros Lopes Henriques da Silva e Victor Manuel Sousa Rego Duarte Soares. Esteve também presente o Reitor, Professor Rui Vieira de Castro. Participou por videoconferência a Conselheira Joana Rodrigues Arantes Silva. Justificaram a ausência o(a)s Conselheiro(a)s, Ana João Gomes Rodrigues, Ángel Maria Carracedo Álvarez, António Carlos Fernandes Rodrigues, Joaquim Agostinho Castro de Freitas, Luís António Martins Santos, Manuela da Assunção Borges Vaz Soares, Marta Alexandra Teixeira Mestre, Paulo Alexandre Costa Araújo Sampaio e Tiago Filipe Silva Miranda. A folha de presenças encontra-se anexa à presente minuta de ata e dela faz parte integrante (Anexo I).

No ponto prévio à ordem do dia, a Presidente colocou à consideração dos membros do Conselho a alteração da ordem dos trabalhos de modo a nela ser incluído um ponto adicional relativo à ratificação do despacho da Presidente do Conselho sobre um pedido de recurso hierárquico ao Conselho Geral (Ponto 6., passando os atuais pontos 6, 7 e 8 para pontos 7, 8 e 9, respetivamente).

Ainda no ponto prévio à ordem do dia, a Presidente prestou informações sobre novas recomendações no âmbito do Regulamento Geral de Proteção de Dados, perguntando a todos os presentes se havia alguma oposição à transmissão da reunião em direto no canal de Youtube da UMinho, não tendo havido qualquer oposição.

No ponto antes da ordem do dia, a Presidente prestou informações sobre a Declaração de Évora, emitida no âmbito do I Encontro Nacional de Presidentes e Vice-Presidentes de Conselhos Gerais das Universidades Públicas Portuguesas, na qual se decidiu a criação de um fórum dos Presidentes e Vice-Presidentes dos Conselhos Gerais e se agendou uma nova reunião para o dia 3 de julho na Universidade do Minho. Informou, igualmente, que esta reunião incluirá uma reunião reservada dos Conselhos Gerais e uma sessão pública de debate sobre os Conselhos Gerais no modelo de Governo das Universidades Públicas Portuguesas, com a presença do Secretário de Estado do Ensino Superior, Professor Doutor Pedro Nuno Teixeira, do Juiz Jubilado do Supremo Tribunal de Justiça e Presidente do Conselho Geral da Universidade do Minho entre 2013 e 2017, Dr. Álvaro Laborinho Lúcio e do Reitor da Universidade do Minho, Professor Doutor Rui Vieira de Castro.

1. Aprovação das atas n.º 02/2023 e 03/2023, referentes às reuniões plenárias de 3 de março e 5 de maio de 2023

Foram colocadas à votação as atas n.º 02/2023 e 03/2023, referentes às reuniões plenárias de 3 de março e 5 de maio de 2023, as quais foram aprovadas por unanimidade.

2. Designação dos estudantes a integrar as Comissões Especializadas do Conselho Geral

Foram designados os estudantes a integrar as Comissões Especializadas do Conselho Geral, com a seguinte distribuição: os estudantes Joana Fraga, Margarida Isaías e Miguel Martins integram a Comissão Especializada de Governação, Assuntos Institucionais e Assuntos Financeiros; a estudante Ana Nunes integra a Comissão Especializada de Educação, Investigação e Interação com a Sociedade.

3. Apreciação do Relatório de Atividades e Contas Consolidadas da Universidade do Minho relativas a 2022

O Administrador da UMinho (Administrador) esteve presente na reunião durante o ponto 3 e 4 da ordem de trabalhos.

O Reitor procedeu ao elenco dos dados mais relevantes da atividade desenvolvida pelo Grupo Público Universidade do Minho (Grupo Público) ao longo do ano de 2022, o qual inclui, além da UMinho, 7 entidades controladas, 11 entidades associadas e 38 entidades participadas. Destacou o facto de o relatório incluir uma breve descrição das atividades das diversas entidades e de proceder a uma apresentação dos principais indicadores económicos e financeiros, estabelecendo uma comparação com o ano de 2021. Como nota subsequente, referiu o facto de, no seu conjunto, o Grupo Público apresentar uma variação positiva na receita arrecadada de mais 15M€ aproximando-se dos 160M€ e de, no período em análise (2022), haver um resultado líquido de 3,3M€, face a um resultado negativo em 2021 de 1,5M€. Passou de seguida a palavra ao Administrador para a apresentação detalhada dos principais indicadores de análise económica e financeira do Grupo Público, relativos ao exercício de 2022.

O Administrador começou por apresentar os principais indicadores de análise económica e financeira do Grupo Público no que concerne as entidades controladas, fazendo de seguida uma apresentação dos totais. Relativamente aos resultados globais do Grupo Público, destacou: o aumento do ativo em aproximadamente 4,8M€; o aumento do passivo em aproximadamente 2,1M€; o aumento do património líquido em aproximadamente 2,8M€; o aumento dos rendimentos em aproximadamente 3,9M€; a diminuição dos gastos em aproximadamente 853k€. Terminou a sua intervenção apresentando os principais indicadores de desempenho do Grupo Público e os resultados de gestão.

Foi conferida a palavra ao Conselheiro Nuno Cerca que solicitou esclarecimentos sobre o que foi considerado, na área da investigação, rendimentos e gastos diretos e indiretos (tabelas 32 e 33), tendo o Administrador ficado de enviar informação mais detalhada. De seguida, debruçou-se sobre a tabela 37 (Rendimentos e gastos da atividade Investigação por Unidade Orgânica (UO)), refletindo sobre a dificuldade de execução dos rendimentos por parte de algumas UO's em oposição a outras que conseguiram executar acima dos seus rendimentos. Relativamente às primeiras, alertou para os perigos que esta dificuldade de execução de verbas de investigação pode trazer para o futuro no âmbito de candidaturas competitivas.

Sobre o segundo ponto, o Administrador esclareceu que os rendimentos são contabilizados quando são submetidos os pedidos de pagamento e os gastos referem-se aos gastos incorridos aos projetos e ainda não reembolsados. Neste sentido, esclareceu que os gastos podem ainda descer no final dos respetivos projetos, os quais podem ocorrer em anos económicos diferentes. Acrescentou, ainda, que em 2022 houve grandes dificuldades em termos orçamentais e que, sempre que houve possibilidade de fazer pagamentos, a investigação foi priorizada, de forma a minorar os impactos negativos na mesma. Salientou, por fim, que este ano a situação melhorou e que todas as UO's receberam o seu orçamento previsto para o trimestre e, nos casos em que o solicitaram, receberam igualmente adiantamento de orçamento.

O Reitor referiu que as apreciações feitas ao longo dos anos pelo Conselho e por outros órgãos da Universidade foram e são muito importantes para a alteração e melhoria contínua dos procedimentos internos. Reforçou o quadro difícil que a Universidade enfrentou em 2021 e 2022 e os sinais positivos que surgiram ainda em 2022, reconhecidos por vários Presidentes de UO's. Salientou, igualmente, a importância do princípio da coesão e da necessidade de as UO's com desempenho aquém das expetativas de reorientarem a sua estratégia.

O Conselheiro António Onofre apresentou três notas sobre o documento apresentado. Na primeira solicitou esclarecimentos sobre o motivo de as entidades consolidadas em áreas estratégicas como a da Medicina, Valorização de Resíduos e Nanotecnologia terem tido um resultado líquido significativamente inferior ao ano anterior. Questionou se será resultado de um desinvestimento nestas áreas e se é algo que a Universidade deve estar atenta. Em segundo lugar, perguntou a que se referem as despesas com ativos financeiros, tendo considerado esta despesa interessante. Por fim, como terceira nota, partilhou a sua preocupação para a forma de aplicação das fórmulas de cálculo para a atribuição de orçamento às UO's. Deu como exemplo a Escola de Ciências, na qual 25% do serviço docente é prestado a outras UO's, embora o número de horas imputadas como custo seja totalmente atribuído à Escola de Ciências. Sugeriu que, de futuro, se fizesse o exercício de contabilizar esta informação e imputar os custos efetivamente a quem beneficia do serviço letivo, o que considera mais correto. De seguida, deu outro exemplo no âmbito dos gastos gerais, nomeadamente de verificar concretamente quais são os espaços imputados às UO's e se estas estão efetivamente a usufruir dos mesmos. Ainda no âmbito desta nota, salientou que o orçamento está bastante detalhado e denso e, nesse sentido, considerou que é mais fácil perceber os números e falar com as UO's de forma a perceber onde se pode melhorar no sentido de se elaborar um orçamento cada vez mais adequado e justo.

O Administrador confirmou que, de facto, o orçamento de 2022 foi feito de acordo com critérios diferentes, levando a que o orçamento atribuído às UO's fosse menor do que seria se fosse seguido o mesmo critério de 2021. Salientou que esta forma de cálculo foi feita desta forma de modo a poder fazer um apuramento de resultados por UO e comparar com o orçamento de 2023. Relativamente aos exemplos e sugestões dadas pelo Conselheiro António Onofre, informou que, no orçamento de 2023, a imputação do serviço docente já foi feita conforme sugerido, tal como a imputação dos gastos gerais. Acrescentou que esta informação foi enviada atempadamente às UO's, de forma a que estas pudessem verificar se estava correta. Relativamente ao resultado das entidades participadas suprarreferidas, informou que não existe desinvestimento da Universidade e referiu que o Vice-Reitor Eugénio Campos Ferreira tem feito um acompanhamento das mesmas. No que concerne os ativos financeiros, esclareceu que estão relacionados com comissões bancárias, quer da Universidade, quer das entidades participadas.

O Reitor interveio no sentido de reforçar a ideia de correção e melhoria contínua, assim como de clareza e transparência, através da interação com os vários órgãos da Universidade, Unidades de Serviços e UO's. Especificamente sobre a fórmula de atribuição de orçamento, referiu que se está a aplicar às UO's a fórmula

de financiamento aplicada às Instituições de Ensino Superior (IES). Acrescentou que, neste momento, se está a preparar o orçamento para 2024 com esta fórmula, a qual poderá ser ajustada caso a fórmula de financiamento das IES seja alterada com impacto em 2024.

O Conselheiro Miguel Martins transmitiu a sua preocupação com a falta de condições nas salas de estudo dos estudantes, nas quais há falta de lugares para os milhares de estudantes que frequentam a Universidade. Considerou essencial haver um investimento da Universidade nesta área, de forma a proporcionar um processo de ensino-aprendizagem de qualidade. Sendo um assunto distinto do relatório de atividades e contas, esta reflexão foi remetida para o ponto de informações.

Foi dada a palavra ao Conselheiro Victor Soares que solicitou a disponibilização das atas das reuniões do Senado Académico para que as pessoas interessadas as possam consultar. Especificamente sobre o ponto em discussão, considerou que seria relevante conhecer os motivos do voto contra do Presidente da Escola de Ciências e respetiva nota com sentido de voto entregue para ser anexa à ata. Seria igualmente importante no âmbito do processo de revisão estatutária em curso conhecer as perspetivas dos Presidentes de UO's transmitidas nestas reuniões, de forma a tomar uma decisão mais consciente relativamente ao modelo de gestão financeira e orçamental que será consolidado nos novos Estatutos.

As Conselheiras Margarida Isaías e Ana Isabel Nunes pediram esclarecimentos sobre os cálculos efetuados para obter os rendimentos e gastos por estudante, uma vez que variam bastante nas várias UO's. O Administrador informou que são contabilizados todos rendimentos e gastos que se identifiquem como associados às atividades de ensino, sendo depois dividido pelo número de estudantes equivalentes, disponibilizando-se para mostrar com mais detalhe às Conselheiras os rendimentos e gastos por UO. Relativamente aos gastos com docentes, esclareceu também que se encontram imputados nesta tabela. O Conselheiro Nuno Cerca acrescentou que poderá haver cursos com redução de estudantes, mas cujos docentes devem continuar a receber os respetivos salários, havendo, por outro lado, UO's com mais estudantes, mas com menos docentes.

O Conselheiro Tiago Silva salientou que no relatório é referido que a Universidade tinha em curso, no final de 2022, 777 projetos de Investigação e Desenvolvimento (I&D) que correspondia a um valor global de 220M€. Relativamente à execução financeira, perguntou se seria possível comparar o que estava orçamentado em 2022 para os vários projetos e o que foi efetivamente executado. Ou seja, se é possível perceber qual é a taxa média de execução dos projetos na UMinho e se essa taxa é influenciada pela tipologia dos projetos, pela UO, pelo ano ou por outros fatores. Ainda em relação à parte financeira, destacou que foi já referido que o ano de 2022 foi um ano difícil, mas no final do exercício o resultado foi positivo. Neste sentido, perguntou se este resultado positivo se deve aos valores recebidos de entidades financiadoras ,relativos a projetos de I&D, no final do ano. Perguntou, ainda, se a limitação na autorização de cabimentos em 2022 foi a melhor estratégia ou se foi demasiado conservadora e, por outro lado, questionou quais são as melhorias esperadas com o novo modelo de gestão. Por fim, fez uma breve reflexão sobre as tabelas referidas pelos/as Conselheiros/as nas

intervenções anteriores, tendo-se debruçado particularmente na tabela 37 (Rendimentos e gastos da atividade Investigação), a qual considerou que deve ser interpretada com cautela. Partindo do princípio que a maioria dos projetos funciona por apresentação de pedido de pagamento e reembolso de despesas e não por adiantamento, concluiu que os rendimentos se referem a gastos de anos anteriores e, neste sentido, as colunas apresentadas de gastos e rendimentos referem-se a períodos diferentes. Nesta perspetiva, disse que as UO's com mais sucesso na captação de financiamento deverão ter mais gastos do que rendimentos. Assim, considerou que, se se limitar a execução aos rendimentos, o que na prática se pode estar a fazer é prejudicar quem tem melhor desempenho na captação de financiamento e, no fundo, fazer aquilo que se contesta na atribuição de Orçamento de Estado, a qual tem vindo a penalizar as instituições que mais cresceram.

O Administrador esclareceu que rendimentos e gastos não correspondem a recebimentos e pagamentos, sendo que os primeiros são enquadrados na análise económica e os segundos estão relacionados com a tesouraria e informou que os rendimentos e gastos descritos na tabela dizem respeito ao mesmo período económico. Relativamente à estratégia perante as dificuldades orçamentais em 2022, começou por recordar que, em 2021, a UMinho incumpriu o princípio de equilíbrio orçamental em cerca de 7M€. Por este facto, houve problemas acrescidos com a Direção Geral do Orçamento, pelo que não queriam correr esse risco em 2022. Assim, houve um esforço muito grande de pressão junto das entidades financiadoras no sentido de pagarem aquilo que tinha sido submetido em pedidos de pagamento, o que só poderia ser feito depois da despesa realizada. Nessa sequência, houve recebimentos muito significativos no final do ano, mas que já não permitiram fazer pagamentos, uma vez que, de acordo com as regras orçamentais, a UMinho só pode fazer pagamentos até 27 de dezembro. Por fim, informou que o relatório não inclui a taxa de execução por projetos, mas irá averiguar junto da Unidade de Serviços Financeiro e Patrimonial se poderá preparar essa informação para enviar logo que possível.

No que concerne às dificuldades orçamentais de 2022, o Reitor realçou igualmente o exercício feito ao longo do ano e cujos resultados foram obtidos nos últimos dias de dezembro. Relembrou que, em meados de dezembro, a Universidade estava numa situação extremamente complexa e em risco de incumprimento, com reembolsos por receber por parte das entidades financiadores de quase 20M€. Graças aos esforços feitos junto dessas entidades, foi possível obter esses reembolsos nos últimos dias do ano, o que leva a estes resultados aparentemente contraditórios. Ou seja, num ano em que a execução foi extremamente difícil, existem resultados líquidos positivos. Considerou lamentável que assim fosse, uma vez que inibe muito a atividade da Universidade, mas é a realidade com que habitualmente esta é regularmente confrontada apesar dos esforços que vão sendo feitos para se tentar introduzir alguma regularidade nestes processos junto das entidades financiadoras.

Foi conferida a palavra à Conselheira Cláudia Pascoal, que refletiu sobre os custos por estudante conforme os cursos em que estão inscritos. Salientou que as metodologias de ensino são diferentes conforme o tipo de aulas e há cursos com maior componente experimental, como é o caso, por exemplo, da Biologia e da

Medicina. Referiu que as aulas experimentais têm de ser lecionadas em grupos mais pequenos, por razões de segurança e de qualidade do ensino, levando a mais custos com estas atividades, incluindo a necessidade de um corpo docente mais alargado. Reconheceu que existe uma diferenciação no financiamento do Orçamento de Estado por curso, mas considerou que esta diferenciação não é suficiente e que deverá haver pressão junto da tutela para que as IES possam ser devidamente financiadas.

O Conselheiro Tiago Silva agradeceu os esclarecimentos do Administrador relativamente à sua interpretação que não estava correta. Assim, concluindo que a investigação teve um resultado positivo de cerca de 2,5M€, questionou qual será o destino que se pretende dar a esse benefício financeiro. No que se refere ao resumo das atividades consolidadas, solicitou um ponto de situação sobre o programa lançado em 2022 de promoção na carreira, que incluiria a abertura de cerca de 100 posições de professor associado até junho de 2023. Adicionalmente, solicitou informações relativamente à contratação de pessoal técnico, administrativo e de gestão, visto que tem sido consensual que é um corpo que está deficitário relativamente às necessidades reais da Universidade. Ainda no resumo das atividades consolidadas, solicitou alguns exemplos de simplificação de procedimentos administrativos, inseridos no programa de simplificação dos procedimentos administrativos e de modernização dos sistemas de informação.

Relativamente ao programa de promoção na carreira, o Reitor informou que, na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 112/2021, a Reitoria, em articulação com as Presidências das UO's, decidiu desencadear um plano de promoção de professores para as posições de professor associado e catedrático, visando cumprir o que está estatuído no Estatuto da Carreira Docente Universitária (isto é, o conjunto dos professores catedráticos e dos professores associados de carreira de cada IES deve representar entre 50 % e 70 % do total dos professores de carreira). O objetivo seria que todas as UO's atingissem os 50%, tendo esse objetivo sido cumprido (com exceção de uma UO que não teve condições para atingir este objetivo), através da autorização de abertura de 103 concursos até junho de 2023. Em suma, considerou que foi um resultado muito bom de um processo muito complexo e exigente, o qual foi também alargado ao corpo de investigadores, tendo a Universidade autorizado a abertura de alguns concursos para posições da carreira de investigação). Salientou que, apesar de todas as dificuldades, quando se iniciou este processo, a UMinho era das IES que estava em melhor posição, embora tivesse desequilíbrios muito acentuados dentro das várias UO's. Referiu que muitos dos concursos ainda estão a decorrer, esperando que se concluam o mais rapidamente possível. Reconheceu, no entanto, que poder ser demorado, visto que há milhares de concursos a decorrer no país, com muitos professores e investigadores a serem convidados para júris de concursos, o que acaba por atrasar os processos. Relativamente às plataformas, informou que os processos de contratação estão a decorrer, seja do plano da gestão financeira, seja do plano da gestão académica. A expetativa é que no final de 2023 / início de 2024, a qualidade dos sistemas de informação e das plataformas seja substancialmente aumentada. Referiu que o processo de renovação das plataformas passou por rever os processos, tentando simplificar e digitalizar os mesmos. Referiu, como exemplo, o grupo de trabalho coordenado pela Pró-Reitora Sandra Paiva que tem

reunido com vários intervenientes para introduzir um conjunto de medidas de simplificação na gestão dos procedimentos na área da investigação.

Antes de terminar o debate, a Presidente solicitou informações sobre o processo de inventariação do património da Universidade, uma vez que o parecer do Fiscal Único e dos Membros Externos do Conselho tem reservas quanto a esse ponto.

O Administrador informou que a reserva em 2021 dizia respeito a cerca de 5,5M€ de equipamento não etiquetado, sendo que, durante 2022, foi feito um esforço de inventariação, permitindo reduzir este valor para 500k€ no final do ano. Neste momento, espera-se que todo o equipamento seja inventariado até dezembro, de modo a que a nota de reserva do Fiscal Único seja retirada no próximo exercício.

Findo o debate, a Presidente informou que a Comissão Especializada de Governação, Assuntos Institucionais e Assuntos Financeiros considerou que os documentos submetidos pelo Reitor ao Conselho estavam em condições de serem apreciados pelo Conselho. Informou, igualmente, que os pareceres do Fiscal Único e dos Membros Externos do Conselho são ambos favoráveis, com a nota de reserva suprarreferida.

Ao abrigo do disposto na alínea f) do n.º 2 do artigo 29.º dos Estatutos da Universidade do Minho, a Presidente colocou à votação o Relatório das Contas Anuais Consolidadas do Grupo Universidade do Minho, referente ao exercício de 2022, tendo este sido aprovado por maioria dos membros presentes, com a abstenção do(a)s Conselheiro(a)s Cláudia Pascoal, Joana Arantes, Miguel Martins, Patrícia Maciel e Tiago Silva e Victor Soares - Deliberação do CGeral n.º 12/2023, a remeter ao Conselho de Curadores para homologação

Ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 29.º dos Estatutos da Universidade do Minho, a Presidente colocou à votação o Relatório de Atividades do Grupo Universidade do Minho, relativo ao ano de 2022, tendo este sido apreciado favoravelmente por maioria dos membros presentes, com a abstenção do(a)s Conselheiro(a)s Miguel Martins, Tiago Silva e Victor Soares – Deliberação do CGeral n.º 13/2023, a remeter ao Conselho de Curadores para homologação.

4. Atividades e Contas dos Serviços de Ação Social da Universidade do Minho: ponto de situação

A Administradora e a Diretora Financeira dos Serviços de Ação Social da UMinho estiveram presentes durante este ponto da ordem de trabalhos.

O Reitor introduziu este ponto, fazendo referência às dificuldades financeiras enfrentadas pelos SASUM em 2020 e 2021, na sequência da diminuição dos serviços prestados durante a pandemia, e em 2022, devido ao aumento da inflação, a qual fez subir os custos inerentes a toda a atividade dos SASUM. Apesar das dificuldades, realçou os sinais de recuperação da atividade na área da restauração e alojamento, que se

começam a refletir nas contas do final de 2022 e 1º trimestre de 2023. Informou que a apresentação fará um balanço do exercício dos SASUM em 2022 e início de 2023, com indicação das contas do 1º trimestre, incluindo, igualmente, a indicação dos principais projetos com que os serviços estão comprometidos.

Foi, se seguida, conferida a palavra à Administradora e à Diretora Financeira dos Serviços de Ação Social da UMinho, Dra. Alexandra Seixas e Dra. Marta Pedrosa, respetivamente, para a apresentação das atividades e contas daqueles serviços, com os dados atualizados à data de 31 de maio.

Relativamente aos indicadores de atividade, a Administradora transmitiu as seguintes informações:

- Alimentação: há um aumento generalizado na procura dos serviços, que se prende essencialmente com o levantamento das restrições da Direção Geral de Saúde. A Administradora salientou o compromisso em fornecer uma alimentação equilibrada e nutricionalmente adequada, procurando fazer um acompanhamento próximo das necessidades e hábitos dos utentes.
- Desporto: existe uma tendência de aumento da procura de serviços da prática desportiva, nomeadamente no uso de instalações desportivas e de serviços associados à prática regular de desporto, na participação de eventos de atividade desportiva e cultural, entre outros. A Administradora salientou a diversidade e acessibilidade das opções oferecidas.
- Apoio social:
    - Houve um aumento de computadores disponibilizados aos estudantes no âmbito do programa de apoio informático. A Administradora reforçou o compromisso em garantir que os estudantes tenham recurso a tecnologias para auxiliar os seus estudos, mostrando emprenho em continuar com esta iniciativa.
    - A taxa de ocupação das residências continua acima dos 99%.
    - Não se verifica grande variação na procura do apoio psicológico e de enfermagem, o que não significa que não tenha havido um aumento das necessidades, estando os SASUM comprometidos em reforçar estes serviços. Nesse sentido, a Administradora informou que vão reunir com a Associação de Psicologia da Universidade do Minho (APsi) e com outras UO's. Acrescentou que já têm reunido com a Provedora do Estudante e pretendem criar uma rede de apoio com entidades externas, envolvendo hospitais e centros de saúde.

De seguida, a Administradora transmitiu as seguintes atividades e objetivos em curso:

- Requalificação das cantinas de Azurém e Gualtar, através de financiamento PRR, com vista a melhorias de eficiência energética e consequente redução de custos.
- Revisão de regulamentos da colaboração de estudantes, entre outros.
- Plano de requalificação das residências (pretende-se realizar uma candidatura a financiamento externo).

- Processos de desmaterialização, com recurso a financiamento POCER, incluindo *software* de logística, digitalização de documentos, desenvolvimento de uma *app* que permitirá a aquisição de bens e serviços prestados pelas Unidades dos SAS.
- Associação à UMinho no que diz respeito à aquisição de serviços, como por exemplo eletricidade, gás, seguros, limpeza, etc., através de procedimentos de contratação pública em agrupamentos, com vista à obtenção de preços mais baixos.
- Desenvolvimento de um modelo de *stocks* mínimos.
- Está em curso um exercício de apuramento de custo dos produtos/produção na área alimentar por força do aumento generalizado dos custos dos produtos e matérias primas, assim como de energia e recursos humanos, com o objetivo de verificar se não estamos a praticar preços abaixo do preço de custo.
- Organização do Campeonato Europeu Universitário de Voleibol de 16 a 23 de julho em Braga, com a participação de 16 equipas femininas e 10 equipas masculinas, num total de 550 participantes.

A Diretora Financeira apresentou, de seguida as contas dos serviços, fazendo uma análise temporal entre 2017 e 2022, ao nível do desempenho orçamental e da análise económica e financeira. Apresentou igualmente os valores relacionados com obrigações e dívidas em 2021 e 2022. Relativamente às contas de 2023, fez uma caracterização e desempenho da receita e da despesa, salientando que existe uma subida das receitas em relação aos anos anteriores e uma situação de tesouraria estável que permite aos SASUM assumir as suas obrigações.

Abriu o debate o Conselheiro Victor Soares, com uma nota positiva relativamente à programação do funcionamento de unidades alimentares nos *campi* durante os períodos de atividade mais reduzida da UMinho (meados de julho e agosto). Referiu que, no ano anterior, em Guimarães, não havia nenhuma unidade alimentar que servisse os cerca de 50 trabalhadores que estiveram no campus até meados de agosto. Em oposição, congratulou o facto de este ano essa necessidade ter sido atendida e sido acautelado o funcionamento de uma unidade alimentar durante esse período. Concluiu a sua intervenção apelando à regularização da situação contratual dos assistentes operacionais que nas unidades alimentares exercem efetivamente funções correspondentes às de encarregados operacionais, com tudo o que implica sob o ponto de vista de responsabilidade, acréscimo de trabalho, dedicação, esforço, capacidade de organização e coordenação de pessoas.

O Conselheiro Miguel Martins abordou o modelo de gestão dos serviços, nomeadamente a terceirização de serviços e consequências que advêm dessa prática, referindo-se a salários em atraso das senhoras de limpeza. Notou que, infelizmente, não é a primeira situação deste tipo na UMinho e lamentou a posição pública assumida pela Universidade na qual rejeita a imputação de qualquer culpa pela situação.

A Administradora começou por salientar a preocupação dos SASUM em reforçar a proximidade dos serviços com Guimarães, informando que será implementado um calendário de visitas de todos os setores dos SASUM

a Guimarães para fomentar essa proximidade. Em relação aos encarregados operacionais, informou que em 2019 foi aberto um procedimento concursal de mobilidade interna para várias categorias, mas que não ficou concluído no que se refere à categoria de encarregado operacional. Salientou que é um processo com bastantes fragilidades jurídicas e que está a analisar junto dos serviços qual a melhor solução para as situações referidas pelo Conselheiro Victor Soares, estando ainda em contacto com os trabalhadores interessados. No que concerne a questão dos serviços de limpeza, informou que os trabalhadores não são contratados pelos SASUM. Esclareceu que a UMinho contratou uma empresa para assegurar esses serviços, sendo que a empresa não assinou de imediato os contratos e, quando assinou, sentiu legitimidade para não pagar o subsídio de Natal. Referiu que há uma pressão da opinião pública para ser a UMinho a assumir essa responsabilidade, mas efetivamente a responsabilidade é da empresa que a UMinho contratou e à qual adjudicou os respetivos serviços.

A Conselheira Claúdia Pascoal verificou com agrado a atualização de práticas e a retoma de eventos de atividade desportiva e cultural e perguntou se estes eventos incluem também eventos culturais ou se são só desportivos. Perguntou, igualmente, quais são os planos na área da cultura, apelando a que lhe seja dado maior enfase.

A Conselheira Joana Fraga pediu esclarecimentos sobre os motivos da aparente diminuição de atribuição de bolsas, perguntando quais são os principais motivos pelo indeferimento de candidaturas. Pediu, ainda, esclarecimentos sobre a diminuição do apoio financeiro da Universidade em relação aos SASUM.

Relativamente aos eventos culturais, a Administradora informou que se traduzem mais na forma de apoio à Associação Académica. Não obstante, salientou que tem partilhado com o Diretor do Departamento de Desporto e Cultura a preocupação e reflexão no sentido de promover mais eventos culturais. No que concerne às bolsas, a Administradora informou que existem vários fatores associados à análise de candidaturas.

O Conselheiro Miguel Martins entendeu que a Universidade subcontrata os serviços de limpeza, porém voltou a salientar o seu lamento e desagrado pela posição da Universidade. Referiu que não coloca em causa a decisão da Universidade de subcontratar estes serviços, mas realça a posição extremamente difícil destes trabalhadores com salários em atraso e, nesse sentido, a Universidade deveria tomar uma posição mais solidária para com os mesmos.

O Conselheiro Victor Soares apelou ao Reitor para que se estude o reforço do apoio financeiro da Universidade aos SASUM, o qual foi reduzido nos últimos anos. Realçou que, apesar dos sinais de melhoria, estes serviços continuam a ter muitas dificuldades e falta de Recursos Humanos ao nível das unidades alimentares. Assim, propôs que, de acordo com a correção da fórmula de financiamento do ensino superior, se pudesse apoiar mais estes serviços. No que se refere à questão dos trabalhadores da limpeza, referiu que infelizmente não é a primeira vez que este assunto é abordado no Conselho. Recordou a sugestão dada na altura pelo anterior Conselheiro André Teixeira, nomeadamente de que a Universidade, aquando da renovação de contrato,

procurasse não renovar contrato com estas empresas e assinasse contrato com empresas que oferecessem melhores condições e maior credibilidade.

Foi concedida a palavra à Conselheira Margarida Isaías, que retomou a questão das bolsas, indicando que, a nível nacional, houve uma diminuição das bolsas atribuídas relativamente ao ano anterior. Questionada a tutela, os estudantes receberam a indicação de que o principal motivo foi a dificuldade no preenchimento dos documentos, visto que muitos vinham mal preenchidos, com erros ou com falta de documentos. Nesse sentido, a Conselheira considerou que é importante avaliar internamente se isto está a acontecer e o que é que a Universidade pode fazer para ajudar os estudantes a preencher estes documentos devidamente de modo a que não seja por esse motivo que não recebam as bolsas.

A Administradora reafirmou que a empresa de limpeza assumiu a posição de entidade empregadora dos trabalhadores e optou por não pagar o subsídio de Natal. Por outro lado, a empresa cessante também considera que não deve pagar este subsídio, nem a Universidade tem forma legal de o fazer, estando o processo entregue aos serviços jurídicos. Afirmou que a Universidade é sensível à situação dos trabalhadores e já reuniu com os sindicatos e as empresas e está a tentar desfasar os contratos com os períodos de pagamento de subsídio de Natal, de forma a que esta situação não se repita. Relativamente às candidaturas a bolsas, informou que dispõe de 7 técnicos totalmente dedicados a esta área, tendo salientado o profissionalismo, a sensibilidade, a dedicação e a preocupação destes técnicos no apoio aos estudantes a preencher e submeter as candidaturas. Questionada pela Presidente sobre se existem dados que indiquem qual a percentagem de candidaturas indeferidas por serem indevidamente preenchidas, a Administradora referiu não dispor neste momento dessa informação, pelo que irá apurar e enviar posteriormente. Não obstante, referiu que julga ser um valor residual.

O Reitor concordou que é lamentável a situação ocorrida com os trabalhadores da limpeza, com penalização para os mesmos e para a própria Universidade, a qual acaba por ter algum dano reputacional, visto que surge nos *media* como um empregador que não está a cumprir os seus deveres, o que não é verdade. Realçou novamente que a Universidade cumpriu todos os procedimentos legais, de modo atempado, e que não pode legalmente substituir-se às empresas que têm essa obrigação. Relativamente à escolha das empresas, recordou que é necessário seguir as regras de contratação pública, não podendo escolher livremente as empresas a contratar. No que se refere ao apoio aos SASUM, salientou que a Universidade nunca se desresponsabilizou por estes serviços, nem nunca o fará, e que a Universidade os apoiará naquilo que for necessário e na medida do que lhe for possível. Salientou, ainda, a importância e a qualidade destes serviços para a Universidade, referindo, igualmente, outras formas de apoio, designadamente através da associação dos serviços dos SASUM com os da Universidade de forma a reduzir custos.

Terminado o debate, foi concedida a palavra ao Conselheiro Victor Soares, que lançou um desafio ao Administrador no sentido de se aproximar mais dos trabalhadores da Universidade, promovendo a união e motivação de todos. O Conselheiro reconheceu que as funções de Administrador de uma organização como a UMinho estão muito relacionadas com a gestão orçamental, financeira e contabilística, mas também com a parte de gestão de recursos humanos. Referiu que seria importante que houvesse na Universidade uma unidade com técnicos suficientemente preparados, vocacionados e habilitados para a gestão de carreiras. Na falta disso, achou que seria muito importante que o Administrador pudesse aproximar-se dos trabalhadores de forma a criar essa motivação que está em falta a um nível geral.

O Administrador agradeceu a intervenção do Conselheiro e concordou com a sua visão. Referiu que a questão do bem social dos trabalhadores está muito relacionada com a capacidade da Universidade para dar condições aos trabalhadores para progredirem na carreira, para se sentirem acompanhados, para não trabalhar até tão tarde e para conseguir ter uma vida pessoal melhor. No entanto, para isso acontecer, é necessário criar primeiro as condições adequadas, por exemplo, através da disponibilização de aplicações informáticas que permitam reduzir as tarefas repetitivas e libertar tempo, disponibilizar formação e programas que permitam capacitar os trabalhadores, recrutar mais pessoas, entre outros. Nesse sentido, a sua prioridade foi estabilizar a situação financeira da Universidade para depois poder trabalhar nessa vertente. Informou que já iniciou este processo, envolvendo-se mais na Unidade de Serviços de Recursos Humanos, que é uma área muito exposta na Universidade, com vários problemas e com falta de recursos. Adicionalmente, referiu que tem promovido uma maior interação entre os diretores das várias unidades de serviço, considerando importante que estes tenham uma voz ativa dentro da Universidade.

Antes de terminar a sua intervenção, o Administrador esclareceu que não houve redução na atribuição do orçamento da UMinho para os SASUM de 2021 para 2022, antes pelo contrário. Informou que o valor atribuído pela tutela às IES mais subfinanciadas foi acrescentado proporcionalmente ao orçamento dos SASUM. Adicionalmente, deu nota que foi atribuída uma compensação pelos gastos energéticos no montante de 227k€, para além de outros montantes que totalizam mais de 600k€ para os SASUM.

A reunião foi suspensa para almoço às 13:35, tendo o plenário retomado os trabalhos às 15:00.

5. Pedido de esclarecimentos sobre a implementação, na Universidade do Minho, do programa de regularização dos vínculos precários na Administração Pública

Foram solicitados esclarecimentos sobre a implementação, na Universidade do Minho, do programa de regularização dos vínculos precários na Administração Pública, através da intervenção do Conselheiro Victor Soares, cujo texto se encontra anexo à presente minuta de ata (Anexo II).

O Reitor iniciou a sua intervenção realçando que, se tivesse tido acesso ao pedido de esclarecimento previamente, teria tido a oportunidade de recolher os dados necessários e concretos para poder dar uma resposta mais exaustiva. Não obstante, prestou alguns esclarecimentos e referiu que os complementaria através do envio da informação adicional necessária. Referiu que a Reitoria sempre agiu de acordo com a informação de que dispunha no momento, sendo que, após várias decisões dos tribunais no mesmo sentido, concluiu que as deveria aceitar, não continuando a recorrer para as instâncias seguintes, situação que foi já transmitida anteriormente ao Conselho. Fez um enquadramento histórico sobre as severas restrições de contratação de pessoas que levaram a UMinho, assim como a generalidade da Administração Pública, a recorrer a figuras diversas legalmente permitidas de forma a garantir as condições básicas de funcionamento da instituição. Lembrou que, a determinado momento, o Governo decidiu lançar o Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP), tendo na altura as Universidades questionado como é que iriam ser compensadas por efeitos de um programa que configurava uma medida legal com impactos nos orçamentos das instituições. Informou que a resposta foi que, quaisquer impactos adicionais resultantes desta medida, seriam adequadamente compensados à luz do que estava previsto no contrato de legislatura via Orçamento de Estado. Com a convicção de que iriam ser devidamente compensados, já na qualidade de Reitor, deu indicação para que se verificasse, com clareza e justiça, quem cumpria ou não os requisitos e, cumprindo, incluir no programa. Foram identificados 121 trabalhadores, os quais foram integrados pelo Conselho de Gestão, que ancorou as suas decisões em pareceres jurídicos, sempre numa atitude de total transparência. No entanto, após as decisões desfavoráveis dos tribunais de 1ª e 2ª instância e do Tribunal Constitucional em 21 casos, a Universidade entendeu que deveria mudar o seu percurso em conformidade com as sentenças. Informou que há um total de 64 processos em Tribunal, dos quais 51 já transitaram em julgado, havendo ainda 29 trabalhadores que não intentaram qualquer ação contra a Universidade a este propósito. Neste momento, referiu que o Gabinete de Assessoria Jurídica está a analisar caso a caso os processos de todos os trabalhadores, incluindo os respetivos processos de avaliação de desempenho, tendo em vista a reconstituição da carreira e posicionamento remuneratório. Embora este processo seja moroso e ainda não esteja concluído, estimou que o processo tenha um impacto de, pelo menos, 1M€ para a Universidade. Antes de terminar, prestou uma informação complementar relativamente ao regulamento de carreiras. Referiu que o primeiro regulamento em vigor previa que os Técnicos Superiores fossem integrados na 1ª posição retributiva, sendo esta uma questão suscitada em tribunal por vários trabalhadores e que, nas várias sentenças, o tribunal não considerou como procedentes, entendo que a UMinho estava a atuar no seu âmbito de competências ao criar carreiras próprias em regime de direito privado. Apesar disso, na revisão do regulamento de carreiras, a Universidade decidiu alterar a entrada na carreira de Técnico Superior para a 2ª posição retributiva. Decidiu, igualmente, que haveria um ajustamento para todos os trabalhadores que estavam posicionados na 1ª posição ou entre a 1ª e a 2ª posição, os quais progredirão automaticamente para a 2ª posição. Terminou a sua intervenção, disponibilizando-se para, na posse das perguntas concretas, fornecer a informação solicitada.

O Conselheiro Victor Soares referiu as consequências negativas do regime fundacional, que leva a desequilíbrios entre os trabalhadores do regime público e os do regime privado, sendo que os trabalhadores recorreram aos tribunais com base nas possibilidades que a lei lhes permite. Solicitou, se possível, o acesso aos pareceres jurídicos que fundamentaram a decisão do Conselho de Gestão, realçando a importância da transparência e da informação dada aos trabalhadores. Congratulou o facto de o novo regulamento de carreiras se aproximar mais do regime de carreiras da Função Pública, nomeadamente dos Técnicos Superiores iniciarem a carreira na 2ª posição remuneratória. Considerou, ainda, que, se se tivesse seguido essa estratégia inicialmente, provavelmente não haveria tantos trabalhadores a recorrer aos tribunais.

O Conselheiro Tiago Silva perguntou ao Reitor se neste momento há algum caso que não esteja completamente resolvido no sentido de ainda estar a ser discutido em tribunal ou processo de PREVPAP que esteja em curso.

Relativamente ao pedido de disponibilização de pareceres jurídicos, a Presidente esclareceu que, na situação atual, este pedido extravasa a competência do Conselho. Referiu que o Conselho deve apreciar os atos concretos que foram tomados, tendo já ouvido os fundamentos do Reitor e tido oportunidade de se pronunciar favoravelmente ou não sobre as decisões tomadas. Acrescentou que apenas se poderá solicitar estes pareceres caso houvesse dúvidas sobre a legalidade ou espírito de fraude, o que não se aplica neste caso. Referiu, ainda, que o Conselho poderá fazer recomendações, tendo, no entanto, considerado que a questão está esclarecida, não obstante poder voltar a discutir a mesma, caso se entenda útil.

Foi concedida a palavra ao Reitor que transmitiu que não possui a informação solicitada pelo Conselheiro Tiago Silva, mas que a obterá com facilidade, passando-a posteriormente ao Conselho.

A Presidente encerrou o ponto, referindo que as questões citadas pelo Conselheiro Victor Soares serão remetidas ao Reitor para esclarecimento ao Conselho e que o assunto poderá ser retomado, caso se entenda útil.

6. Ratificação do despacho da Presidente do Conselho sobre um pedido de recurso hierárquico ao Conselho Geral

Foi ratificado, por maioria, o despacho da Presidente do Conselho sobre um pedido de recurso hierárquico ao Conselho Geral. O Conselheiro Miguel Martins absteve-se da votação, uma vez que a documentação foi enviada apenas no dia da reunião, não tendo, por isso, tido oportunidade de a apreciar.

7. Informações sobre os planos para a Prevenção de Assédio e para a Igualdade de Género: ponto de situação

Plano para a Prevenção de Assédio

O Reitor recordou a constituição de um grupo de missão em dezembro de 2021, o qual produziu logo um documento de orientações para combate ao assédio na UMinho e que serviu de base a um pedido adicional para a elaboração de uma proposta de estratégia para a prevenção do assédio. Referiu que, entretanto, esta problemática ganhou uma grande expressão dentro das IES, incluindo na UMinho, percebendo-se que havia toda a vantagem em tornar as comunidades mais cientes do tipo de práticas com que podiam ser confrontadas ou que existiam silenciosamente no seu seio. Neste contexto, lembrou que o documento da Estratégia para Prevenção e Combate ao Assédio foi submetido à apreciação de vários órgãos, incluindo do Conselho, tornando-se evidente que estamos perante situações de grande complexidade nos seus efeitos e causas, os quais requerem formas especializadas de abordagem. Notou que, de imediato e com o apoio da Escola de Psicologia, foi aberto um endereço eletrónico para denúncia destes casos e uma linha de apoio a todos aqueles que estão em quadros de crise psicológica. Após estas medidas, referiu que se entendeu que a Universidade tinha de se preparar, em termos do seu quadro regulamentar, para uma identificação mais clara de situações desta natureza e do modo como se devia lidar com as mesmas. Informou que, nesta sequência, será publicado até ao final do dia um despacho reitoral que, fundado no documento da estratégia elaborado pelo grupo de missão e que permanecerá como documento de referência, procede a uma sistematização de princípios, objetivos e medidas, capazes de orientar a ação a vários níveis dentro da instituição. Salientou que há uma aceitação integral dos princípios considerados na estratégia, há uma revisitação dos 10 objetivos propostos e são elencadas 26 medidas para concretização da estratégia. Relativamente aos 10 objetivos, forneceu as seguintes informações:

Objetivo 1 - Adequar os códigos e regulamentos da Universidade à Estratégia para a Prevenção do Assédio.

- Foi já elaborado o Código de Boa Conduta para Combate e Prevenção do Assédio no Trabalho na UMinho. Este código, elaborado pelos juristas da Universidade em articulação com a direção da instituição, pretende dar cumprimento ao quadro normativo internacional e nacional em matéria de combate e prevenção do assédio no Trabalho. O documento foi remetido à Comissão de Trabalhadores para apreciação, após a qual será colocado em discussão pública.

- O Reitor reuniu com a Presidente do Conselho de Ética com o objetivo de a sensibilizar para o processo de revisão do Código de Conduta Ética da UMinho, densificando no seu articulado os valores e os princípios orientadores, os direitos e os deveres associados à prevenção do assédio na comunidade universitária.

- Haverá um processo de revisão do Regulamento Disciplinar dos Estudantes da UMinho, de modo a acolher e a tipificar esta matéria que, neste momento, tem uma cobertura débil.

Objetivo 2 – Promover uma cultura institucional de prevenção do assédio baseada na informação.

- Está a ser trabalhado o desenvolvimento de um Plano de Comunicação e respetiva operacionalização.

- Está por iniciar a disponibilização, no site da Universidade, de informação estruturada sobre esta matéria, assim como a divulgação das políticas e procedimentos institucionais através do recurso a vários suportes e registos comunicacionais.

Objetivo 3 – Capacitar a comunidade académica da UMinho para reconhecer, prevenir e responder a qualquer situação de assédio.

- Os estudantes embaixadores estão a ser formados de modo a sensibilizar igualmente os novos estudantes, no âmbito das sessões de acolhimento aos novos estudantes a decorrer em setembro.

- Ainda está por concretizar a criação de uma equipa multidisciplinar que possa informar a construção e concretização do Plano de Formação. Porém, neste domínio, a UMinho está a finalizar o processo de aquisição de uma plataforma que irá servir várias iniciativas de divulgação e de formação também nesta área.

Objetivo 4 - Promover um ambiente seguro nos espaços físicos e digitais da UMinho.

- Das medidas previstas, apenas foram concretizadas intervenções nos *campi* que visam torná-los mais seguros, designadamente ao nível da iluminação e vigilância.

- Das restantes medidas por concretizar, incluem-se, por exemplo o mapeamento nos espaços da UMinho e zona envolvente dos locais considerados de maior risco e a monitorização do ambiente online.

- Tem havido interações com as forças de segurança no sentido de garantir uma maior monitorização nos espaços envolventes da Universidade.

Objetivo 5 – Criar um mecanismo de reporte institucional, aplicável a todas as situações e contextos de assédio tipificados.

- Está em fase avançada a contratação de uma empresa para a criação de um canal de denúncia segura de qualquer situação de assédio sexual ou moral, situações de corrupção ou infrações de natureza semelhante.

Objetivos 6. 7 e 8 - Apoiar as vítimas, os/as agressores/as e a comunidade académica.

- Relativamente ao apoio às vítimas, a Universidade já dispõe de um endereço eletrónico de resposta imediata e de algum apoio especializado, com a colaboração da APsi. O Reitor revelou, numa nota à parte, que está em conversações com a Escola de Psicologia para que haja uma maior formalização da relação que a Universidade mantém com a Associação por forma a tornar mais evidente as responsabilidades e os compromissos, assim como as retribuições que a Universidade tem de fazer.

Objetivo 9 – Capacitar os serviços da Universidade na prevenção do assédio.

- Está ainda por concretizar a medida de recrutar e formar uma equipa de técnicos especializados, que será desenvolvida em articulação direta com a Escola de Psicologia e a APsi.

Objetivo 10 – Avaliar a Estratégia para a Prevenção do Assédio na sua concretização e efeitos.

- Serão criados e aplicados procedimentos de obtenção de feedback integral sobre a estratégia da UMinho para prevenir e responder ao assédio, incluindo questionários e/ou entrevistas e reuniões periódicas de análise e reflexão com os agentes envolvidos no processo de implementação, visando apoiar a elaboração de um plano anual de atividades e de um relatório anual.

O Reitor finalizou a sua intervenção, referindo que, infelizmente, continuam a ocorrer caso de denúncias de situações deste tipo, as quais têm sido encaminhadas, seja através da resposta imediata de apoio às vítimas, seja através do desencadeamento de procedimentos de inquérito.

A Conselheira Cláudia Pascoal considerou importante a disponibilização em breve da plataforma, que poderá também servir para outras questões de fraude, conflitos de interesse, conflitos entre grupos, etc. Alertou que, além da plataforma de denúncia anónima, é igualmente importante haver um interlocutor claro para que as pessoas que o pretendam poderem ter alguém com quem possam falar.

O Conselheiro Miguel Martins perguntou se se poderia utilizar outra palavra no objetivo 7 (apoiar os agressores), apenas por uma questão de semântica. Referiu entender o objetivo, através das medidas descritas, mas considerou que pode causar alguma estranheza, inclusive nas vítimas, a utilização da palavra "apoiar".

A Conselheira Margarida Isaías valorizou o trabalho, considerando-o muito importante. De seguida, perguntou por que motivo o Código de Boa Conduta é específico para o trabalho, referindo que normalmente existe um código institucional que abrange todas as dimensões. Pediu, também, mais detalhes sobre o canal de denúncias.

A Presidente pediu esclarecimentos sobre se a plataforma que está a ser prepara para os canais de denúncia é a mesma para os vários tipos de denuncia (assédio, fraude, corrupção e outro tipo de criminalidade) ou se haverá plataformas distintas. Salientou que a questão dos canais de denúncia, para efeitos de denúncia de corrupção, impedimentos e criminalidade conexa, é obrigatória neste momento e já está em vigor o regime de regulamentação que prevê a aplicação de coimas. Referiu que a lei prevê um tratamento bastante específico, designadamente no que diz respeito ao tratamento das denúncias e à qualificação das pessoas que fazem o tratamento destas (sejam anónimas ou não), pelo que questionou se a plataforma para este tipo de denúncias poderá ser a mesma relativamente às denúncias de assédio.

O Reitor subscreveu a intervenção da Conselheira Cláudia Pascoal, dizendo que a Universidade foi entendendo ao longo do tempo a complexidade destes processos e a necessidade de haver abordagens múltiplas para com eles lidar. Referiu que a situação se torna mais desafiante quando se consideram outros fenómenos, tais como a corrupção, infrações de natureza semelhante ou conflitos de interesses, lembrando que, sobre este último,

existe já um regulamento em vigor na UMinho. Sobre a questão suscitada pelo Conselheiro Miguel Martins, referiu que, inicialmente, a expressão também lhe pareceu muito estranha, mas tendo sido aplicada por pessoas muito qualificadas na área, foi adotada, estando, naturalmente, ao dispor para eventuais propostas alternativas. No que se refere ao Código de Boa Conduta e a outros códigos, referiu que, de facto, há um risco da pulverização de códigos. Disse que, durante algum tempo pensou que seria possível incluir os aspetos particulares de codificação de conduta, que são legalmente exigidos, no Código de Conduta Ética, tendo, entretanto, sido verificado que ambos assentam em princípios de natureza muito distinta. Neste sentido, referiu que poderiam refazer completamente o Código de Conduta Ética existente, mas este deixaria de ser o documento de qualidade que todos conhecem. Assim, referiu que se optou por avançar para a elaboração deste outro código que incide especificamente sobre o contexto de trabalho. Relativamente ao canal de denúncias, informou que a opção tomada foi de ter um único canal de denúncias, o qual encaminha as denúncias conforme o seu tipo. Acrescentou que o concurso público prevê a contratualização de uma ferramenta tecnológica e o apoio técnico à gestão, em primeira linha, daquilo que forem as denúncias feitas.

Relativamente ao uso da palavra "apoio", a Conselheira Margarida Isaías esclareceu que, numa situação de assédio, existem 3 intervenientes: a vítima, o agressor e quem observa (a comunidade). Realçou que, para prevenir os fenómenos do assédio, temos de ter em conta estes 3 intervenientes e apoiá-los. Referiu que, obviamente a vítima precisa de apoio, quem observa também precisa de apoio no sentido de saber como lidar com a situação e, por fim, o agressor precisa de apoio para que não volte a acontecer. Salientou que castigar simplesmente não é suficiente e é necessário ter alguma intervenção psicológica e terapêutica para que o agressor perceba que esses comportamentos são incorretos e para que não os volte a repetir.

A Conselheira Isabel Soares felicitou o trabalho desenvolvido e a estratégia adotada, concordando igualmente com a opção de se criar um regulamento novo de forma a operacionalizar desde já as medidas de boa conduta para combate e prevenção do assédio no trabalho, independentemente de depois se estudar a junção dos regulamentos existentes. Relativamente ao uso da palavra "apoio", reforçou a ideia de que é aplicável no sentido de intervir e promover a mudança de comportamento do agressor e que, eventualmente poderia ser ajustada a linguagem de forma a ser mais claro. Por fim, salientou a importância de haver absoluta independência de quem tem acesso à informação e faz o respetivo tratamento, tendo perguntado como será assegurada essa independência.

O Conselheiro Victor Soares interveio para felicitar o Reitor e sua equipa pelo trabalho desenvolvido no âmbito dos planos para a prevenção de assédio e para a igualdade de género.

O Conselheiro Tiago Silva considerou que é muito positivo existir avanços no plano e nas medidas concretas. Referiu o mediatismo do tema e o facto de ter havido casos concretos na UMinho, o que torna o tema mais presente. Salientou a importância de toda a comunidade saber como deve agir em casos de assédio e da total independência de quem recebe e trata as denúncias, de forma a que não haja dúvidas sobre a idoneidade da instituição.

A Conselheira Patrícia Maciel felicitou o Reitor e o grupo de missão envolvido na preparação desta proposta, a qual considerou absolutamente necessária e atual. Reforçou, igualmente, a ideia da independência, que considerou essencial. Por fim, apelou a que, além dos estudantes, se capacitasse também os professores, investigadores e pessoal técnico, administrativo e de gestão para que possam estar mais aptos nesta área.

O Conselheiro António Onofre perguntou se já está estabelecido algum procedimento a seguir aquando das denúncias e, caso haja, pediu para o descrever sumariamente.

O Reitor agradeceu as intervenções e salientou que a questão da independência sempre foi um princípio muito sensível, sendo que a decisão foi de externalizar a receção e primeiro tratamento da denúncia, que depois será encaminhada para os canais adequados. Em relação à formação, concordou totalmente com a Conselheira Patrícia Maciel e informou que está prevista a sensibilização de toda a comunidade académica através de iniciativas diferentes orientadas para os diferentes corpos. Quanto à questão do Conselheiro António Onofre referiu que, identificada uma situação, pode haver uma resposta psicológica e/ou jurídica, recorrendo aos procedimentos internos da Universidade por aplicação dos seus regulamentos, designadamente o Regulamento Disciplinar. Considerou que este procedimento não é suficiente e que existe agora o desafio de passar para um patamar superior.

Plano para a Igualdade de Género

O Reitor informou que já foi aprovado um plano de igualdade de género, que será concretizado ao longo dos anos de 2022, 2023 e 2024, existindo, igualmente, uma comissão para a igualdade de género, que é responsável pela monitorização e avaliação deste plano. Enumerou, de seguida, algumas iniciativas em curso.

- Atualmente, existe um princípio da paridade nos júris de concurso de recrutamento e progressão na carreira, júris académicos e júris para os cargos de direção.
- Já foram promovidas algumas ações de sensibilização nesta matéria.
- O portal que vai suportar iniciativas de formação no âmbito do assédio, irá suportar igualmente iniciativas de formação neste âmbito, estando já definidos os módulos que serão adotados no quadro do funcionamento dessa ferramenta.
- Existem já instrumentos de promoção de equilíbrios entre a vida profissional, pessoal e familiar, como por exemplo a flexibilização da prestação de trabalho, através de bancos de horas.
- Está a ser elaborado um manual de comunicação inclusiva e não sexista, medida tomada no quadro do desenvolvimento da política de comunicação institucional.

- Há um envolvimento da Universidade em vários projetos (alguns desenvolvidos especificamente na UMinho e outros realizados no quadro de cooperação internacional, por exemplo através da Arqus) e que acaba por ter reflexos em iniciativas tomadas dentro da comunidade.

A Conselheira Patrícia Maciel perguntou se houve desenvolvimentos na identificação de pessoas de contacto nas UO's para que houvesse uma articulação e distribuição de esforços e de informação nos dois sentidos. Por um lado, a recolha de informação para diagnóstico de situações e, por outro, uma cadeia de transmissão em termo de ações a ser implementadas.

O Reitor referiu que não tem informações sobre este assunto específico, mas irá averiguar e remeter a informação.

8. Informações sobre a Universidade do Minho e a situação do Ensino Superior em Portugal

O Reitor referiu que iria dar nota e expressar algumas posições relativamente a eventos a decorrer na Universidade e a processos a decorrer no interior do sistema de Ensino Superior e do sistema científico de Portugal, os quais serão importantes na configuração do futuro do país.

No que se refere ao Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior (RJIES), informou que foi criada uma Comissão Independente para a avaliação da aplicação do RJIES, que tem trabalhado em dois planos fundamentais: i) encomenda de estudos e ii) realização de sessões públicas sobre diferentes temáticas, que estão disponíveis no site da comissão, ancorado no site da Direção Geral do Ensino Superior (DGES). Disse que o Conselho de Reitores (CRUP) tem intervindo regularmente nessa discussão, exprimindo também as suas posições, estando todas as instituições convocadas para se pronunciarem sobre esta matéria. Acrescentou que, no site da comissão, existe um questionário que permite que qualquer pessoa ou instituição se pronuncie sobre as questões identificadas como questões críticas. Referiu, ainda, que há quatro temas principais que aparecem como temas a refletir: i) autonomia; ii) configuração do sistema de Ensino Superior, designadamente da manutenção ou abandono da sua natureza binária; iii) missão das instituições; iv) estrutura e governação. Sobre estes temas, apresentou as seguintes linhas de desenvolvimento e reflexão:

i) Autonomia

   - Tem expressão no RJIES, mas é limitada e objeto de limitações. Por exemplo, o Regime Fundacional tinha como objetivo criar condições para uma maior autonomia das instituições, o que aconteceu na década passada. No entanto, com a Troika e a crise financeira, esta autonomia foi rapidamente revertida. Neste sentido, as instituições de Regime Fundacional deverão refletir no sentido de saber se estão satisfeitas ou não com o grau de autonomia que as caracteriza e se o Regime Fundacional deve ser aprofundado, mantido ou abandonado. Sobre esta matéria, há outra possibilidade que tem sido defendida por algumas

universidades, ou seja, independentemente de optarem ou não pelo Regime Fundacional, gostavam de ver alargada a si algumas das prerrogativas que as Fundações têm, por exemplo na gestão patrimonial e de recursos humanos, designadamente a possibilidade de criação de carreiras próprias. Outra possibilidade que tem vindo a ser colocada é de considerar outras áreas em que a autonomia pode ser aprofundada, designadamente na autonomia pedagógica, através da possibilidade de auto-acreditação dos cursos pelas próprias instituições, verificadas certas condições e não estando estas também isentas de exercícios de monitorização ou de alguma regulamentação.

ii) Configuração do sistema de Ensino Superior, designadamente da manutenção ou abandono da sua natureza binária

- Há pessoas que sustentam que o regime binário entrou em crise com as decisões que foram recentemente tomadas pela Assembleia da República relativamente à outorga de Doutoramentos pelos Institutos Politécnicos e até de alteração da própria designação. Independentemente desta avaliação, parece claro haver duas grandes tendências no interior do sistema: por um lado através da especialização e diferenciação dos projetos institucionais e, por outro, uma tendência para o isomorfismo. Embora não se saiba como é que esta tensão será resolvida, há vários cenários que vão surgindo, entre eles a possibilidade de haver Universidades, Universidades Politécnicas e Institutos Politécnicos, correspondendo a cada uma destas categorias o preenchimento de um conjunto de requisitos. Outra evidência que deve ser tida em consideração é a de que iremos perder de forma rápida e muito acentuada estudantes. Nesse sentido, as instituições têm de ponderar como é que esta realidade as vai impactar antes que seja a própria realidade a determinar o que lhes irá suceder.

iii) Missão das instituições

- O atual RJIES prevê claramente os três eixos de missão das IES, mas operacionaliza-os de forma bastante diferente, sendo esta uma das áreas em que o RJIES se revela mais datado. Por exemplo, há um capítulo dedicado aos docentes, mas que não diz nada sobre os investigadores. Portanto, a materialização no regime jurídico nesta dimensão de atividade das instituições é claramente mais débil do que aquilo que ocorre relativamente à educação.

iv) Estrutura e governação

- Existe atualmente um conjunto de órgãos previstos no RJIES, com a possibilidade de as próprias instituições criarem órgãos específicos de acordo com a sua missão. Neste momento, existem duas tendências: por um lado, a intenção de alguma uniformização das instituições no que diz respeito à sua estrutura orgânica; por outro lado, uma opção mais

aberta, fixando apenas certos padrões e deixando as IES encontrar as suas formas de organização para a concretização do seu projeto. Uma outra possibilidade é a de os Conselhos Científicos das UO's poderem ter uma configuração em que os professores catedráticos ou os diretores de departamento estão excluídos, algo que é fator de alguma preocupação. Existem, ainda, questões relacionadas com o governo das instituições, como por exemplo, as competências e o papel do Conselho Geral, a eleição do Reitor (se deve ser o Conselho Geral ou um colégio eleitoral mais alargado), o número de mandatos do Reitor e a duração dos mesmos (há países em que existe um único mandato de 10 anos, por exemplo).

Finda a descrição, o Reitor referiu que esta comissão vai fazer uma avaliação da aplicação do regime, que será sensível à visão das pessoas sobre formas de organização futura do sistema. Nesse sentido, considerou fundamental que possa haver a máxima participação possível.

Foi concedida a palavra ao Conselheiro Victor Soares, que lamentou o facto de a comissão constituída não incluir representantes dos trabalhadores técnicos, administrativos e de gestão, considerando esta uma falha grave. Informou que há trabalho a ser feito paralelamente, cujos contributos serão enviados à tutela e dos quais dará conhecimento ao Conselho.

O Conselheiro António Onofre partilhou as suas preocupações relacionadas com o subfinanciamento das universidades e da geração de conhecimento. Sobre o subfinanciamento, partilhou que se deve refletir sobre como é que se refletirá na prática a reforma que se pretende fazer com o RJIES e se haverá recursos financeiros para a mesma. Relativamente à investigação, salientou que há uma evolução muito rápida da sociedade a produzir conhecimento fora das universidades, o que afasta os estudantes das universidades. Neste sentido, considerou essencial acautelar e criar condições favoráveis à criação de conhecimento nas próprias universidades.

Relativamente à autonomia das IES, a Presidente salientou que é essencial que haja autonomia financeira para que possa haver efetivamente autonomia das mesmas, na medida em que é esta que permite, ou não, que a verdadeira autonomia se verifique. Referiu que, na relação IES/Estado ou IES/Entidades Financiadoras deve-se salvaguardar a não interferência na gestão corrente das IES e das suas opções ao nível do ensino e da investigação. Acrescentou, ainda, que esta questão é essencial e não tem sido discutida tão a fundo como deveria ser.

O Reitor recordou que a revisão do RJIES está ainda numa fase preliminar de avaliação, a qual será posteriormente levada à discussão política, pelo que é necessário que as IES tenham uma posição forte e clara sobre as matérias, procurando encontrar a maior convergência possível. Nesse sentido, disponibilizou-se para intervir, juntamente com o Conselho, neste debate, considerando que as eventuais alterações terão um impacto muito importante no quotidiano da UMinho.

A Presidente considerou que seria importante o Conselho e a Reitoria produzirem um conjunto de reflexões seguindo os quatro temas apresentados pelo Reitor, promovendo um ciclo de debates para além dos que já estão previstos nas comemorações dos 50 anos da Universidade. Disse que estes debates poderiam servir para que as pessoas pudessem exprimir as suas opiniões e reflexões e colocar questões, podendo eventualmente resultar num documento com linhas de força a enviar ao governo até ao fim do ano.

Relativamente ao tema do papel dos Conselhos Gerais no modelo de governo das universidades, referiu que será discutido em breve no âmbito do fórum criado dos Conselhos Gerais. Disse que se deve refletir sobre se o Conselho é um órgão de governo que se justifica ou não, qual é a sua natureza, para que é que serve, quais são as suas competências, qual é a sua relação com os demais órgãos de governo das universidades e se tem ou não razão de ser a existência de um órgão desta natureza. Sobre a competência de eleição do Reitor, referiu que se deve refletir sobre se esta se deve manter no Conselho e se, em caso contrário, há razão de ser para a existência de um órgão que em si mesmo tenha uma natureza representativa dos diversos corpos e de membros da comunidade. Na sua perspetiva, seja qual for a estrutura do governo, considera importante haver órgãos que exerçam o poder e o contrapoder. Nesse sentido, disse que o Conselho (ou outro órgão equivalente) terá sempre um papel importante relativamente aos demais órgãos com as suas competências próprias.

Os/As Conselheiros/as concordaram com a dinamização de um ciclo de debates, considerando importante envolver a toda a comunidade e aproveitar o momento para refletir sobre o futuro da Universidade.

O Reitor informou que houve uma reunião entre a tutela e as IES, na qual foram apresentados termos de referência para um novo modelo de financiamento das IES. Informou que o documento apresentado elencava um conjunto de considerandos e de princípios orientadores que deveriam suportar o modelo de financiamento, elencando, também, uma série de perguntas relativas ao modelo de financiamento e contexto, à especificação do modelo, à fórmula de financiamento, à contratualização e à implementação do modelo. Referiu que foi solicitado às IES que respondessem a estas questões, exprimindo o seu grau de adesão ou rejeição, relativamente aos princípios, mas que também exprimindo o seu posicionamento relativamente às questões feitas. Informou que o CRUP produziu um parecer a este propósito, existindo convergência em torno de alguns princípios, nomeadamente: i) a fórmula de financiamento deve ser simples e transparente; ii) o modelo deve promover eficiência e qualidade de desempenho; iii) o modelo deve estar ancorado na intervenção formativa ao nível dos 1º, 2º e 3º ciclos; iv) o modelo deve apoiar as IES no desenvolvimento do seu perfil institucional; v) o financiamento de ação social deve ser feito com base em critérios objetivos e transparentes; vi) deve existir a possibilidade de financiamento através de contratos-programa entre Governo e IES. Referiu, de seguida, que o CRUP achou que seria também importante lembrar alguns factos relativamente ao desenvolvimento das IES nas últimas décadas, designadamente: i) só em 2022 é que a dotação pública para o Ensino Superior recuperou o valor nominal em 2010, sendo que, entretanto, o número de estudante no sistema aumentou 12%; ii) considerando apenas os estudantes de 1º e 2º ciclo, a atribuição da dotação por estudante, em 2010,

era de 4800€ e, em 2022, foi de menos de 4300€; iii) em 2010, as dotações para o Ensino Superior representavam quase 0,7% do PIB e, em 2022, representam 0,5% do PIB. O Reitor salientou que estes factos dão uma exata medida de como o financiamento tem evoluído negativamente. Embora reconheça que há melhorias nos últimos anos, salientou que as IES estão a recuperar de uma situação que as levou bastante ao fundo ao mesmo tempo que a competição internacional acelera. Relativamente às perguntas feitas, informou que há áreas de grande convergência entre todas as instituições, apresentando alguns exemplos:

i) "quais os objetivos a privilegiar pelo modelo de financiamento nos próximos anos" – a garantia da transparência, da previsibilidade, da estabilidade do financiamento e do alinhamento dos objetivos definidos para o Ensino Superior colhe unanimidade;

ii) "quais as áreas de missão que devem ser financiadas publicamente" – todos entendem que se devem incluir as áreas do Ensino e Formação, assim como da Investigação;

iii) "o modelo de financiamento deve basear-se apenas na aplicação de uma fórmula ou deve incluir uma componente de contratualização financiamento adicional em função de objetivos partilhados" – todas as instituições concordam com uma componente de contratualização, que é algo que não temos hoje;

iv) "financiamento da ação social" – todas as instituições concordam que o financiamento tem de ser autónomo e ter como critério fundamental o número e o perfil socioeconómico dos estudantes;

v) "como deve ser feita a introdução do novo modelo e qual o horizonte temporal considerado adequado" – a convergência é de 3 a 5 anos.

Ainda relativamente às perguntas feitas, informou que há áreas de cisão, nomeadamente nas perguntas sobre se deve haver uma diferenciação no modelo de financiamento por tipo ou grupos de instituições e se a fórmula de financiamento deve ser igual para todas as IES, havendo cerca de metade a defender que deve haver diferenciação entre universidades e outra metade a defender o oposto.

Antes de terminar a sua intervenção, o Reitor partilhou que a ideia da convergência entre as instituições (da consideração de que há instituições ainda mais desfavorecida que outras) está hoje interiorizada, seja ao nível do governo, seja ao nível do subsistema universitário. Referiu que este caminho foi iniciado e disse esperar que continue de forma a que esta disparidade seja ultrapassada.

Abriu o debate a Conselheira Cláudia Pascoal, que solicitou esclarecimentos sobre quais seriam os eventuais critérios de financiamento distintos entre áreas e instituições, tendo por base as duas perguntas que provocaram maior divisão. O Reitor esclareceu que esta ideia está inserida no contexto da coesão territorial, ou seja, pretende-se valorizar instituições que, porque estão num ambiente adverso (por exemplo, em termos geográficos), têm menor capacidade de autofinanciamento. O Reitor partilhou a sua opinião, dizendo que o financiamento deve ser baseado em critérios de natureza académica e que correspondem à atividade e ao desempenho das instituições. Não obstante, referiu que pode haver outro tipo de financiamento para proteger

certas instituições que estão em circunstâncias mais diversas, mas este financiamento deve ser ou competitivo ou ter outra origem que não a verba do Orçamento de Estado utilizada para o Ensino Superior.

O Conselheiro António Onofre abordou este último tópico, referindo que defende a ideia de ter apenas uma equação que abranja todas as instituições.

Tomou a palavra a Conselheira Margarida Isaías para dar algumas informações na qualidade de estudante e presidente da Associação Académica sobre a situação do Ensino Superior em Portugal. Além das questões que estão a ser discutidas sobre o RJIES e o modelo de financiamento das IES, informou que está a ser estabelecida uma comissão para a criação da estratégia de prevenção de assédio a nível nacional e está a começar a ser discutida a situação dos estudantes com necessidade educativas especificas. Sobre este último, a Conselheira apresentou alguns números para reflexão: a nível nacional, há um aumento de estudantes com necessidade educativas especificas no Ensino Superior, tendo no último ano havido um aumento de 35%; há um aumento do número destes estudantes que não acabam o curso e não se reinscrevem (face ao ano passado foi de 26%); relativamente aos diplomados, 71% acabam a Licenciatura e apenas 13,3% acabam o Mestrado, o que significa que não estão a prosseguir nestes ciclos de estudo. A Conselheira salientou, igualmente, que as políticas públicas de promoção da educação destes estudantes acabam no Ensino Secundário e não têm continuidade no Ensino Superior. Referiu, ainda, que deve haver uma maior discussão em torno do financiamento e de formas uniformização dos regulamentos, estatutos e benefícios para estes estudantes nas Universidades. Destacou que é necessário financiamento para que as Universidades possam ter, por exemplo, gabinetes de apoio a estes estudantes, estruturas e equipamentos adaptados, seja ao nível dos edifícios, seja a nível pedagógico (por exemplo, adaptação ao *Braille*), equipas multidisciplinares para apoio a estes estudantes, formação pedagógica para docentes que devem envolver a parte da inclusão e programas de transição para vida ativa e mercado de trabalho, os quais são especialmente necessários para estes estudantes.

A Conselheira Joana Fraga abordou a questão da inovação pedagógica, referindo que é importante refletir sobre o modelo de ensino atual e encontrar formas de transmitir o conhecimento de forma mais eficiente e apelativa aos estudantes, conforme a área ou curso em que estes estejam inscritos. Concordou que nem todos os cursos têm os mesmos custos, mas deve-se pensar em que áreas se pode investir mais, referindo como exemplo limitar as aulas práticas a um número máximo próximo de 20 estudantes, capacitar salas de aulas para ficarem preparadas para o regime de ensino misto ou disponibilizar bibliografia específica para consulta e estudo. Neste sentido, notou que, no âmbito do Programa Norte2030, irão ser disponibilizados apoios para a inovação pedagógica, pelo que seria uma excelente oportunidade para a Universidade se candidatar a financiamentos com projetos que valorizem esta vertente do ensino.

O Reitor recordou que a UMinho está neste momento a fazer um investimento muito significativo no equipamento da sua infraestrutura pedagógica, salientando que o financiamento obtido através dos programas Impulsos será bastante canalizado para esse objetivo. Por outro lado, reforçou que a UMinho tem tido um papel particularmente ativo no que diz respeito à criação de condições que sejam indutoras de inovação

pedagógica, reconhecendo, apesar disso, que ainda há caminho a percorrer. No que se refere aos novos financiamentos, declarou que a Universidade irá candidatar-se aos mesmos e deixou o desafio para que os estudantes tenham um envolvimento muito ativo, como habitualmente o fazem, também nestes processos de candidatura.

A Conselheira Delfina Gomes concordou com a aplicação de metodologias de ensino inovadoras, referindo, no entanto, que é necessário haver uma maior corresponsabilização e sensibilização dos estudantes para as mesmas, apelando ao papel da Associação Académica nesse sentido. Salientou que, se os estudantes não estiverem efetivamente abertos e empenhados com a mudança, é mais difícil e frustrante tentar aplicar metodologias alternativas.

A Conselheira Cláudia Pascoal concordou igualmente com a aplicação de metodologias de ensino inovadoras, salientando que, mesmo em situações de aulas teóricas, as quais tipicamente têm mais estudantes por aula, podem ser encontradas metodologias alternativas de modo a captar a atenção do estudante e a transmitir o conhecimento de forma mais eficaz. Deu como exemplo a alteração da disposição de um anfiteatro, com capacidade para muitos estudantes, mas com espaços para o trabalho em grupo e com vários ecrãs interativos. Salientou ainda a importância da formação contínua dos docentes nesta área. Por fim, manifestou a sua concordância com a intervenção da Conselheira Delfina Gomes, salientando que a aplicação de novas metodologias de ensino é um processo com enormes proveitos em termos de conhecimento, mas é muito trabalhoso para o docente e para o estudante, pelo que é essencial que haja também o envolvimento destes últimos para que possam atingir os objetivos esperados.

A Conselheira Margarida Isaías salientou o trabalho que a UMinho tem realizado na área da inovação pedagógica, considerando que é uma das universidades que mais trabalho pedagógico tem feito. Relativamente ao envolvimento dos estudantes, concordou que há muita resistência à mudança, justificando em parte esta resistência pelos 12 anos de ensino unidirecional, cujo hábito é complicado de mudar. Partilhou a sua própria experiência com a reformulação do curso de Medicina para um currículo mais inovador, na qual sentiu resistência inicial, sendo que, atualmente, reconhece os benefícios e incentiva e tranquiliza os colegas mais novos relativamente às novas metodologias adotadas. Por fim, recordou o debate prévio sobre o facto de um curso ter mais custos por estudante do que outro, referindo que também é importante analisar se há UOEI's que tenham maiores custos devido ao investimento na inovação pedagógica, como é o caso da Escola de Medicina, em comparação com outras nas quais esse investimento possa não estar a ser feito tão ativamente.

9. Relatório de atividades do Conselho Geral

Este ponto não foi apreciado por falta de documentação, tendo o mesmo sido adiado para uma próxima reunião.

Concluídos os trabalhos, a Presidente agradeceu as intervenções tidas ao longo da reunião e declarou terminada a reunião às 17h55m, tendo sido lavrada a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Presidente e pelo Secretário do Conselho.

A Presidente,

Assinado por: **MARIA JOANA RAPOSO MARQUES VIDAL**
Num. de Identificação: 04069706
Data: 2023.12.21 15:51:57+00'00'

O Secretário,

Assinado por: **NUNO MIGUEL DIAS CERCA**
Num. de Identificação: 11278372
Data: 2023.12.22 10:41:36+00'00'

Anexo I

Universidade do Minho
Conselho Geral

MEMBROS DO CONSELHO GERAL DA UNIVERSIDADE DO MINHO

REUNIÃO PLENÁRIA N.º 4/2023
27 de junho de 2023

Membro	Rubrica
Ana Isabel Maia Nunes	
Ana João Gomes Rodrigues	
Ángel Maria Carracedo Álvarez	
António Carlos Fernandes Rodrigues	
António Joaquim Onofre Abreu Ribeiro Gonçalves	
Delfina Rosa Rocha Gomes	
Isabel Maria Costa Soares	
Joana Carolina Santos Fraga	
Joana Rodrigues Arantes Silva	Participação por videoconferência
Joaquim Agostinho Castro de Freitas	
Luís António Martins Santos	
Manuela da Assunção Borges Vaz Soares	
Margarida Isaías Ferreira dos Santos	
Maria Cláudia Gonçalves Cunha Pascoal	
Maria Joana Raposo Marques Vidal	
Marta Alexandra Teixeira Mestre	
Miguel Afonso Neves Gonçalves da Silva Martins	
Nuno Miguel Dias Cerca	
Patrícia Espinheira Sá Maciel	
Paulo Alexandre Costa Araújo Sampaio	
Tiago Filipe Silva Miranda	
Tiago José Quinteiros Lopes Henriques Silva	
Victor Manuel Sousa Rego Duarte Soares	

Anexo II

Plenário do Conselho Geral de 27 de junho de 2023

Ponto 5 da ordem de trabalhos

Pedido de esclarecimentos sobre a implementação, na Universidade do Minho, do programa de regularização dos vínculos precários na Administração Pública.

1 - Na sequência de ações interpostas no Tribunal Judicial do Trabalho por mais de metade dos trabalhadores técnicos, administrativos e de gestão que foram integrados no mapa de pessoal da Universidade do Minho no âmbito da implementação do Programa de Regularização dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP), a Universidade foi condenada a reconhecer, em todas aquelas ações:

I) que a data do início do contrato de trabalho daqueles trabalhadores deve retroagir ao início das suas funções, incluindo para efeitos de pagamento de férias e de natal;

ii) que a fixação da remuneração dos trabalhadores deve ser feita com referência ao valor que recebiam enquanto "prestadores de serviços", aquando da formalização dos respetivos vínculos no âmbito do PREVPAP, valor esse a que devem acrescer os subsídios legais de férias e de natal.

2- A unanimidade do sentido das dezenas sentenças tomadas pelo Tribunal de 1.ª instância no que respeita à obrigatoriedade do reconhecimento pela Universidade dos dois aspetos acima referidos, assim como a circunstância dessas sentenças terem sido proferidas num espaço temporal relativamente amplo, em função das diferentes datas de interposição das respetivas ações judiciais, dificulta o entendimento da estratégia que tem vindo a ser imputada à Universidade e que importa confirmar em sede deste Conselho, do alegado sucessivo e reiterado recurso daquelas sentenças para o Tribunal da Relação e, em alguns casos, para o Tribunal Constitucional, mesmo depois de a Universidade ter sido notificada do sentido dos primeiros acórdãos proferidos pelo Tribunal da Relação, também eles alegadamente favoráveis, na sua globalidade, à pretensão inicial dos trabalhadores.

A confirmar-se, essa estratégia será passível de justificar uma eventual recomendação do Conselho Geral ao Senhor Reitor e ao Conselho de Gestão, no sentido de se evitar, no futuro, práticas de gestão de recursos humanos e financeiros lesivas, como nas situações em apreço, das justas e legítimas expetativas das pessoas e das famílias que por elas terão sido afetadas, assim como de uma gestão orçamental da Universidade que, por se pretender criteriosa e prudente, não parece coadunar-se com práticas como as adotadas no âmbito do PREVPAP, de uma sucessiva replicação de dispendiosos recursos para diferentes instâncias judiciais, de que tem resultado o protelamento da execução de decisões de tribunais de 1.ª instância, cuja reversão se antevia como pouco expetável, sobretudo depois de conhecido o sentido dos primeiros Acórdãos do Tribunal da Relação.

Em conformidade com o disposto nos artigos 28.º e 29.º dos Estatutos da Universidade do Minho, o Conselho Geral "é o órgão colegial máximo de governo e de decisão estratégica da Universidade" competindo-lhe, designadamente, apreciar os atos do Reitor e do Conselho de Gestão.

Neste contexto, proponho nesta reunião que o Conselho Geral solicite ao Senhor Reitor e/ou ao Conselho de Gestão desta Universidade a transmissão a este Conselho, com a maior brevidade possível, das seguintes informações e esclarecimentos, relativos à implementação do PREVPAP na Universidade do Minho:

- Confirmação do número de trabalhadores técnicos, administrativos e de Gestão da Universidade do Minho abrangidos pelo PREVPAP;

- Número de ações judiciais interpostas até à presente data no âmbito do PREVPAP;

- Número de sentenças proferidas até à data pelo Tribunal do Trabalho na sequência da interposição daquelas ações e indicação do sentido dessas sentenças (favorável ou desfavorável, relativamente aos aspetos essenciais dos pedidos dos interponentes das ações);

- Número de recursos das decisões do Tribunal de 1.ª instância interpostos até à presente data para o Tribunal da Relação, assim como dos Acórdãos já proferidos por esse Tribunal na sequência da interposição daqueles recursos e indicação do sentido desses Acórdãos (favorável ou desfavorável, no essencial, relativamente à pretensão da Universidade, enquanto entidade recorrente);

- Número de recursos dos Acórdãos acima referidos interpostos até à presente data para o Tribunal Constitucional e sentido dos Acórdãos que tenham sido já proferidos por esse Tribunal (favorável ou desfavorável, no essencial, relativamente à pretensão da Universidade, enquanto entidade recorrente);

- Montante despendido até à data pela Universidade do Minho por cada uma das ações e por cada um dos recursos judiciais acima referidos, a título de: i) taxas de justiça; ii) honorários de advogados; iii) outras despesas eventualmente despendidas no âmbito dos processos judiciais em apreço;

- Montante global passível de ser apurado até à presente data, a despender pela Universidade a título de juros de mora associados a cada uma das sentenças já transitadas em julgado.

Entregarei o texto desta minha intervenção à Senhora Presidente do Conselho Geral, para que possa ser apenso à ata desta reunião e também disponibilizado ao Senhor Reitor, para que este possa diligenciar no sentido da transmissão das informações solicitadas nesse texto.

Victor Manuel de Sousa Rego Duarte Soares

27 de junho de 2023.